

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA E ECONOMIA CRIATIVA

GABINETE DO SECRETÁRIO - SMCEC

**DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE EM PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO DIRETA
(INEXIGIBILIDADE E DISPENSA) - LEI 14.133/2021**

NÚMERO DO PROCESSO:	24.0.000131555-9
ÓRGÃO REQUISITANTE:	SMCEC E SMED
OBJETO A SER CONTRATADO:	Contratação por inexigibilidade, embasado legalmente no Art. 74, inc. II, da Lei nº 14.133/2021 de RPC&JSC EVENTOS E PRODUCOES LTDA , CNPJ: 53.512.617/0001-52, para apresentação do Grupo Sem Comentários, bem como conversa no espaço educativo em formato de seminário com duração de 60 minutos, no Largo Zumbi dos Palmares situado na Av. Loureiro da Silva, 730 - Cidade Baixa, Porto Alegre - RS, 90010-420. As atividades são parte da programação da 34ª Semana da Consciência Negra (Secon) que ocorrerá entre os dias 16 e 22 de Novembro de 2024 e que tem como público alvo os alunos matriculados no ensino municipal, bem como a sociedade civil em geral.

ITENS DE VERIFICAÇÃO	SE APLICA Informar o link do documento	NÃO SE APLICA Marcar com "X"
Documento de formalização de demanda:	31064036	
Previsão/Compatibilidade com o Plano Anual de Contratações Públicas:		X
Estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo:	31064055	
Autorização da autoridade competente para a celebração do contrato por dispensa/inexigibilidade:	31168726	
Parecer técnico do Órgão requisitante demonstrando o atendimento dos requisitos exigidos:	31173982	
PL na condição de autorizado/aprovado com recursos suficientes dando suporte total a despesa:	31174802	
Justificativa que motivou a escolha do contratado com indicação do dispositivo legal aplicável:	31064024	

Justificativa de preço:	31064034	
Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando se tratar da hipótese prevista no inciso VIII do caput do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021:		X
Atestado de exclusividade, contrato de exclusividade, declaração do fabricante ou outro documento idôneo capaz de comprovar que o objeto é fornecido ou prestado por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos, vedada a preferência por marca específica:		X
Diligências que demonstrem que o profissional a ser contratado do setor artístico, é efetivamente consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública:	31064030	
Para casos de contratação de serviços técnicos especializados, diligências que verifiquem que o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato		X
Declaração do servidor no processo ou juntada de documentos que atestem a diligência realizada para verificar se de fato a empresa é exclusiva e se efetivamente no mercado é a única prestadora do serviço:		X
Contrato de exclusividade do empresário com o artista contratado (se houver empresário):		X
Planilha com a composição de todos os custos unitários da contratação:		X
Consulta ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS (em nome da empresa licitante e sócio majoritário):	31064047	
Consulta ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (em nome da empresa licitante e sócio majoritário):	31064048	
Consulta à Relação de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU (em nome da empresa licitante e sócio majoritário):	31064051	
Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU:		
Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ):	31064027 31064028	
Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual:	31064050	

Regularidade perante a Fazenda federal, estadual e municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei:	31064050 31064038 31064039	
Regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei:	31064042	
Regularidade perante a Justiça do Trabalho:	31064040	
Declaração Conjunta assinada pela contratada, sob as penas da Lei, declarando que: a) não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021; b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas; c) cumpre com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal; d) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas; e) não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015, conforme Lei Municipal nº 11.925/2015.	31064060	
Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, acompanhada de declaração, assinada por profissional habilitado da área contábil, que ateste o atendimento pela empresa dos índices econômicos exigidos pela regulamentação municipal vigente.		X
Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.	31064043	
Minuta de contrato:	31064053	

MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

Eu, _____ CPF _____, na qualidade de _____ (sócio-gerente, representante legal, procurador) declaro, sob as penas da lei, que a Empresa _____ (CNPJ _____):

- a) não se encontra impedida de contratar sob nenhuma das hipóteses previstas no Art. 14 da Lei Federal 14.133/2021;
- b) cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- c) cumpre com o disposto no inciso XXXIII do Artigo 7º da Constituição Federal, que trata da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;
- d) tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações contratadas;
- e) não realizou doação em dinheiro, ou bem estimável em dinheiro, para partido político ou campanha eleitoral de candidato a cargo eletivo, a contar do dia 02 de outubro de 2015, conforme Lei Municipal nº 11.925/2015;
- f) comunicará ao Município qualquer fato ou evento superveniente que venha alterar as situações acima declaradas.

_____, _____ de _____ de 20__.

ASSINATURA DO SÓCIO-GERENTE, REPRESENTANTE LEGAL OU PROCURADOR*

* no caso de procurador, deverá ser juntado aos autos o instrumento de procuração.



Documento assinado eletronicamente por **Pâmela da Silva Jaques Gonçalves, Administrador(a)**, em 14/11/2024, às 18:44, conforme o art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006, e o Decreto Municipal 18.916/2015.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.procempa.com.br/autenticidade/seipmpa> informando o código verificador **31064035** e o código CRC **D46666DC**.